

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

236 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 7 a 11 de abril de 2025

1. EUA - TARIFAS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL	1
2. COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU	2
Relações PE-Ucrânia	2
AFCO - Lei eleitoral do PE	2
REGI - Política de Coesão	3
INTA - investimento estrangeiro	4
AFET - Alargamento - Turquia, Sérvia e Kosovo	4
IMCO - Competitividade	5
3. COMISSÃO EUROPEIA - PLANO PARA UM CONTINENTE DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	6
4. AGÊNCIA EUROPEIA DE DEFESA - PLANO DE AÇÃO SISTEMAS AUTÓNOMO	7
5. APOIO DA UE À UCRÂNIA	9
6. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	10
7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	10
Conselho Europeu	10
Parlamento Europeu	10
Comissão Europeia	10
Conselho da UE	10

1. EUA - TARIFAS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

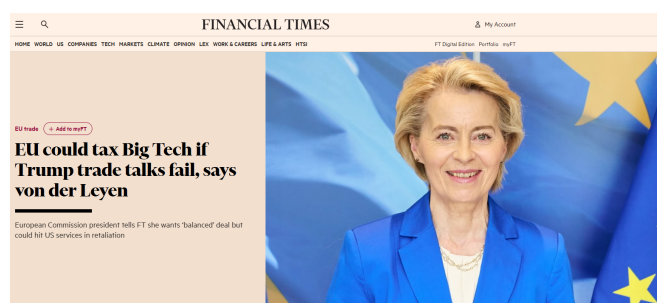
Na síntese anterior, demos nota de que o Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Donald Trump, havia anunciado uma ordem executiva em **matéria de política comercial dos EUA**, intitulada *Regulamentação das Importações com uma Tarifa Recíproca para Corrigir Práticas Comerciais que Contribuem para os Grandes e Persistentes Défices Comerciais de Bens dos Estados Unidos* ([aqui](#), com as tabelas disponíveis no [Anexo I](#) e no [Anexo II](#)). No que diz respeito à UE, foi imposta aquela que a administração americana entende ser uma tarifa recíproca relativa ao que se considera serem os 39% de impostos que a União Europeia aplica às importações americanas, onde se incluem os direitos aduaneiros, bem como o IVA e as barreiras não monetárias. Assim, a partir de 9 de abril, os produtos europeus seriam alvo de um **direito aduaneiro americano de 20%**, e Donald Trump reiterou que as importações de veículos de todo o mundo, bem como de aço e alumínio, seriam tributadas a 25% a partir de 3 de abril.

Esta semana, após um período de grande instabilidade nos mercados globais, o Presidente dos EUA, Donald Trump, **recuou parcialmente, anunciando uma pausa de 90 dias na aplicação de tarifas aduaneiras impostas à maioria dos países**. No entanto, manteve a tarifa base de 10%, bem como as taxas sobre a China, o aço, o alumínio e os automóveis. Esta inversão ocorreu após uma queda acentuada nos mercados e uma subida preocupante nos juros da dívida soberana dos EUA, sinal de que os investidores estavam a perder confiança. Apesar do alívio temporário sentido nos mercados, persistia a incerteza, uma vez que as tarifas contra a China se mantinham e a trégua era apenas provisória.

Em Bruxelas, os Estados-Membros da União Europeia aprovaram, em 9 de abril, a proposta da Comissão Europeia para impor medidas comerciais de retaliação contra os Estados Unidos (decisão [aqui](#)), em resposta às tarifas impostas pelos EUA, em março, sobre as importações de aço e alumínio provenientes da UE. Apesar de reiterar a sua preferência por uma solução negociada, equilibrada e mutuamente benéfica, a UE avançou com estas contramedidas, que começariam a ser cobradas a partir de 15 de abril. No entanto, a Comissão deixou em aberto a possibilidade de suspender estas medidas caso os EUA aceitem negociar de forma justa.

Após alguma confusão inicial, foi prestado um esclarecimento pela Casa Branca, que indicou que a UE foi poupada por ainda não ter implementado as tarifas retaliatórias anunciadas em resposta às medidas americanas. A União, contudo, continua sujeita à **tarifa base de 10%**. O *Político* apresenta uma análise muito detalhada de todos estes desenvolvimentos, [aqui](#).

Esta sexta-feira, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, deu uma entrevista ao Financial Times ([aqui](#), para assinantes), onde assinalou que *“Existe um vasto leque de medidas de retaliação, caso as negociações não sejam satisfatórias*. A Presidente afirmou que as medidas poderiam incluir tarifas sobre o comércio de serviços entre os EUA e a UE, sublinhando que tal dependerá das conversações com Washington: *“Um exemplo é a imposição de uma taxa sobre as receitas publicitárias dos serviços digitais”*.



Entretanto, a administração americana revelou sinais contraditórios: o Secretário do Tesouro, Scott Bessent, tentou apresentar a mudança como parte de uma estratégia planeada, mas o próprio Trump admitiu que foi influenciado pelas reações negativas dos mercados. A incerteza persistente levou, num episódio ilustrativo do caos, o banco Goldman Sachs a prever uma recessão nos EUA — previsão que foi retirada pouco depois do anúncio da pausa.

O *think-tank* do PE publicou, esta semana, um trabalho sobre esta **política tarifária dos EUA**, que pode ser consultado [aqui](#). Finalmente, importa dar nota de que uma delegação do Parlamento Europeu para as relações com os Estados Unidos deslocou-se a Washington, de quarta a sexta-feira, para uma série de encontros com representantes do Congresso norte-americano. Liderada por Brando Benifei (S&D, Itália), a delegação visava, entre outros objetivos, preparar a próxima edição do Diálogo Transatlântico de Legisladores (TLD), um fórum destinado a reforçar os laços entre o PE e o Congresso dos EUA. Os Deputados irão reunir-se com membros de comissões do Congresso dedicadas à concorrência estratégica com a China, aos assuntos externos e ao grupo parlamentar dedicado à União Europeia. Os temas das discussões incluíam a guerra na Ucrânia, o comércio bilateral, a cooperação entre a UE e a NATO, o futuro das relações transatlânticas e a política externa para com a China. A delegação incluía, para além de Benifei, a Vice-Presidente do Parlamento Europeu Sophie Wilmès (Renew, Bélgica), o Presidente da Comissão dos Assuntos Externos David McAllister (PPE, Alemanha), o Presidente da Comissão do Comércio Internacional Bernd Lange (S&D, Alemanha) e o relator permanente para os EUA na Comissão dos Assuntos Externos Michał Szczerba (PPE, Polónia).

2. COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU

Esta semana foi dedicada à atividade das [Comissões parlamentares](#) do PE, com destaque para o seguinte.

Relações PE-Ucrânia

Numa reunião realizada à distância na terça-feira, presidentes de comissões parlamentares e deputados do **Parlamento Europeu e da Verkhovna Rada da Ucrânia** reiteraram o seu firme apoio ao processo de adesão da Ucrânia à União Europeia (detalhe [aqui](#) e vídeo [aqui](#)). Foi o segundo encontro intercomissões entre as duas instituições, centrado na cooperação contínua para preparar a Ucrânia para a futura adesão à UE.

Num discurso em vídeo, a Presidente do Parlamento Europeu, [Roberta Metsola](#), declarou que *"o lugar legítimo da Ucrânia é na família europeia"*, sublinhando os progressos alcançados por Kiev nas reformas necessárias e apelando à continuação das negociações com determinação renovada. O Presidente da Verkhovna Rada, Ruslan Stefanchuk, agradeceu o apoio da UE desde o início da invasão russa em 2022 e destacou o empenho do país no processo de integração europeia. Os participantes salientaram a importância da reforma contínua da Ucrânia e da defesa dos valores democráticos e do Estado de direito. Discutiram ainda temas como a recuperação económica pós-guerra, a infraestrutura, a energia, as sanções, a justiça e a restituição da natureza. Deputados ucranianos apelaram ao apoio contínuo da UE, incluindo a utilização de bens russos congelados e a responsabilização por crimes de guerra. Alguns Deputados pediram garantias de segurança credíveis para a Ucrânia. Desde a [primeira reunião intercomissões, em 12 de abril de 2023](#), têm sido promovidos encontros bilaterais setoriais entre comissões do Parlamento Europeu e da Rada, assegurando uma cooperação abrangente.

AFCO - Lei eleitoral do PE

No dia 9 de abril, a Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu realizou uma audição com especialistas para debater os obstáculos persistentes à reforma da legislação eleitoral da União Europeia, com especial enfoque na **não ratificação, por parte de Espanha**, da reforma aprovada em 2018 (detalhe [aqui](#)). A sessão centrou-se nas dificuldades enfrentadas ao abrigo de dois processos distintos de reforma — o de 2018, ainda pendente, e o novo [projeto de reforma de 2022](#), que procura avançar apesar do impasse anterior.

Entre os especialistas convidados, [Mario Kölling](#), professor de Ciência Política na UNED, apontou o sucesso da Alemanha em ultrapassar obstáculos legais, contrastando com os entraves políticos existentes em Espanha. Javier García Roca, professor de Direito Constitucional da Universidade Complutense de Madrid, alertou que o limiar nacional de 2% penalizaria os partidos regionais, defendendo maior flexibilidade nas regras da UE para

garantir a representação das minorias nacionais. José Miguel Serrano Ruiz-Calderón, professor de Filosofia do Direito, afirmou que os limiares eleitorais favorecem os partidos dominantes e são politicamente sensíveis, sublinhando ainda dificuldades logísticas, como os sistemas postais e o voto dos expatriados. Já Wouter Wolfs, investigador sénior na KU Leuven, defendeu a harmonização das regras eleitorais e um papel reforçado para os partidos europeus, a fim de criar um verdadeiro espaço eleitoral da UE.

Durante o debate, vários Deputados apelaram à concretização da reforma de 2018, citando o exemplo da Alemanha ou defendendo exceções às regras de limiar mínimo, bem como a possibilidade de coligações entre partidos minoritários para superar os obstáculos nacionais. A viabilidade das listas transnacionais propostas na reforma de 2022 foi também discutida, tendo em conta a diversidade das culturas políticas na Europa. No geral, persistiu a preocupação com a dificuldade de avançar com novas reformas enquanto as anteriores continuam por ratificar. A gravação da audição está disponível no [Centro Multimédia do Parlamento Europeu](#).

REGI - Política de Coesão

Na quarta-feira, os Deputados da Comissão do Desenvolvimento Regional reuniram-se com o Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia, Raffaele Fitto, para debater as **prioridades estratégicas da política de coesão da UE** (detalhe [aqui](#)). A discussão centrou-se na proposta da Comissão de [revisão intercalar da política de coesão](#), que visa modernizar o atual ciclo de financiamento (2021-2027) e permitir maior flexibilidade aos Estados-Membros para responderem a novas prioridades. Fitto defendeu que essa adaptação deve assentar numa abordagem “ascendente” (bottom-up) e em soluções ajustadas às necessidades regionais.

Vários Deputados alertaram para o risco de que a introdução de novas prioridades possa desviar recursos de objetivos já existentes e enfraquecer o apoio a regiões mais pobres, nomeadamente se os novos critérios facilitarem o financiamento a grandes empresas. Sublinhando o papel da política de coesão como instrumento estratégico de equilíbrio no mercado único, os Deputados insistiram na importância de apoiar as regiões ultraperiféricas da UE, particularmente afetadas pelas alterações climáticas. Apesar de algumas preocupações com a possível canalização de fundos para a defesa, Fitto esclareceu que os fundos de coesão não poderão ser usados para a compra de armamento e que a nova flexibilidade será de adesão voluntária pelos Estados-Membros. A simplificação administrativa, o apoio à habitação acessível e à gestão da água foram também aspetos destacados como positivos. Pode [rever o debate aqui](#).

A proposta de revisão da Comissão, apresentada em [1 de abril](#), permitirá que as autoridades nacionais canalizem fundos para novas prioridades como a defesa e segurança (sem limite ao tamanho das empresas beneficiárias), competitividade, habitação acessível, gestão da água, apoio a regiões fronteiriças externas e projetos energéticos – incluindo modernização das redes e descarbonização. O PE e o Conselho irão agora discutir as propostas antes da sua eventual adoção. O processo legislativo pode ser consultado [aqui](#).

Na quarta-feira, os Deputados da Comissão do Desenvolvimento Regional aprovaram um **relatório sobre o futuro da política de coesão da União Europeia**, defendendo uma abordagem descentralizada, baseada nas necessidades locais, e um financiamento adequado (detalhe [aqui](#)). O relatório surge como resposta ao [Nono Relatório da Comissão Europeia sobre Coesão Social, Económica e Territorial](#), e reconhece o impacto positivo comprovado dos fundos de coesão na redução das disparidades dentro da UE. Os Deputados destacam que o planeamento descentralizado e o princípio da parceria foram cruciais para o sucesso da política de coesão até agora e devem continuar a ser pilares fundamentais no futuro.

Os Deputados **rejeitam** abordagens centralizadas e uniformes, alertando para os riscos de aplicar reformas “*de cima para baixo*” ou **critérios baseados exclusivamente no desempenho**. Insistem que a política de coesão não deve ser um instrumento de resposta a crises — o que deve ser feito pelo [Fundo de Solidariedade da UE \(FSUE\)](#) — e apelam a uma política ambiciosa para o período orçamental 2028-2034, com níveis de financiamento pelo menos equivalentes, em termos reais, aos do ciclo atual. Defendem maior cofinanciamento,

pré-financiamento e reembolsos mais rápidos, além de simplificação e flexibilidade acrescidas. O relatório sublinha ainda a necessidade de investir na transição verde e digital, apoiar regiões com economias estagnadas e serviços escassos, combater o despovoamento e o envelhecimento populacional, e direcionar apoios para a habitação acessível e as regiões fronteiriças externas da UE.

INTA - investimento estrangeiro

Na terça-feira, a Comissão do Comércio Internacional do Parlamento Europeu aprovou uma **proposta de revisão das regras de controlo de investimentos estrangeiros na União Europeia** (detalhe [aqui](#)). As novas regras alargam os setores sujeitos a controlo obrigatório por parte dos Estados-Membros — incluindo agora os serviços de comunicação social, matérias-primas críticas e infraestruturas de transporte —, com o objetivo de identificar e mitigar riscos para a segurança ou ordem pública associados ao investimento estrangeiro. O novo quadro harmoniza os procedimentos dos mecanismos de controlo nacionais e atribui à Comissão Europeia o poder de agir por sua própria iniciativa ou em caso de desacordo entre Estados-Membros sobre um investimento específico.

Se uma autoridade nacional considerar que um projeto de investimento estrangeiro representa um risco, poderá autorizá-lo com medidas mitigadoras ou proibi-lo. A proposta foi aprovada com [31 votos a favor, 7 contra e 3 abstenções](#). O atual regime de controlo de investimentos estrangeiros, em vigor desde 2020, surgiu como resposta a preocupações crescentes sobre aquisições por investidores de países terceiros em setores estratégicos para a segurança europeia. O relator do Parlamento, [Raphaël Glucksmann](#) (S&D, França), afirmou: *“Estou satisfeito por uma forte maioria pró-europeia ter adotado uma reforma ambiciosa. Esta reforma cria um sistema mais previsível que garante que os investimentos estrangeiros não comprometem a nossa segurança”*. O texto seguirá agora para votação em plenário antes de se iniciar o processo negocial com o Conselho.

AFET - Alargamento - Turquia, Sérvia e Kosovo

Turquia: processo de adesão congelado por retrocessos democráticos

Num relatório aprovado na quarta-feira pela Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu, com [48 votos a favor, 3 contra e 23 abstenções](#), os Deputados defendem que **o processo de adesão da Turquia à UE deve permanecer suspenso**, apesar das aspirações democráticas de uma parte significativa da sociedade turca ([aqui](#)). O relatório sublinha que o governo turco não tomou medidas para corrigir as deficiências fundamentais em matéria de democracia e Estado de direito. A deterioração contínua dos padrões democráticos e a repressão contra vozes críticas, incluindo a detenção e remoção do presidente da câmara de Istambul, Ekrem İmamoğlu, são consideradas expressões de uma deriva autoritária.

Os Deputados afirmam que os **critérios de adesão à UE não são negociáveis** e incluem democracia, Estado de direito, respeito pelos direitos humanos e alinhamento com a política externa da UE. Reconhecendo a importância geoestratégica da Turquia e as relações estreitas com a UE em matérias como segurança, comércio e migração, apelam a um aprofundamento da parceria estratégica, com ênfase na ação climática, segurança energética, cooperação antiterrorista e estabilidade regional. O relator, [Nacho Sánchez Amor](#) (S&D, Espanha), declarou: *“A adesão diz respeito à democracia, e quanto mais a Turquia se aproxima de um modelo autoritário, mais se afasta da União Europeia.”*

Sérvia: estagnação nas reformas fundamentais preocupa Deputados

A Comissão dos Assuntos Externos aprovou na quarta-feira um relatório que alerta para a **ausência de progressos da Sérvia em áreas essenciais para a adesão à UE**, como o Estado de direito, a liberdade dos meios de comunicação, a reforma da administração pública e o alinhamento com a política externa da União

([aqui](#)). Apesar dos bons resultados macroeconómicos e da disciplina fiscal, manifesta-se preocupação com a manutenção de **laços estreitos com a Rússia**, que põem em causa a orientação estratégica da Sérvia.

O relatório, aprovado por [55 votos a favor, 13 contra e 8 abstenções](#), sublinha também a necessidade de a Sérvia demonstrar vontade política na implementação de reformas e no compromisso com o **Diálogo Belgrado-Pristina**, com vista a um acordo juridicamente vinculativo baseado no reconhecimento mútuo. A corrupção sistémica é apontada como um dos maiores entraves, com pedidos de investigações transparentes, nomeadamente sobre o colapso da cobertura da estação de comboios de Novi Sad e o uso alegado de tecnologias de controlo contra manifestantes.

O relator, [Tonino Picula](#) (S&D, Croácia), afirmou: “*Durante demasiado tempo, a Sérvia tem tentado beneficiar dos fundos europeus enquanto ignora os nossos valores fundamentais.*”

Kosovo: reformas continuam, mas exigem novo impulso político

Na terça-feira, a Comissão dos Assuntos Externos aprovou um relatório sobre os progressos do Kosovo em 2023 e 2024 no seu caminho para a adesão à UE, com [48 votos a favor, 19 contra e 6 abstenções](#) ([aqui](#)). O documento reconhece avanços nas reformas eleitorais, resiliência económica e proteção dos direitos fundamentais, mas **assinala desafios persistentes** na reforma judicial, liberdade de imprensa, eficiência administrativa e digitalização dos serviços públicos.

Os Deputados elogiam o compromisso do Kosovo com a integração europeia e apoiam a candidatura ao Conselho da Europa, ao programa [Parceria para a Paz da NATO](#) e a outras organizações internacionais. Criticam as medidas punitivas da UE contra o Kosovo, considerando que já não se justificam, e apelam à sua revogação imediata, pois comprometem o progresso do Diálogo Belgrado-Pristina. É necessário implementar os acordos de Bruxelas e de Ohrid, incluindo a criação da Associação de Municípios de maioria sérvia e o fim da oposição sérvia à participação do Kosovo em organizações internacionais. O relator, [Riho Terras](#) (PPE, Estónia), declarou: “*O futuro do Kosovo está na família europeia, e trabalharemos juntos na agenda de reformas, porque qualquer adesão futura tem de ser baseada no mérito.*”

IMCO - Competitividade

Na terça-feira, o Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia para a Prosperidade e Estratégia Industrial, [Stéphane Séjourné](#), apresentou aos Deputados da Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores **as principais linhas de ação para reforçar a competitividade da União Europeia** (detalhe [aqui](#)). Num contexto geopolítico complexo, reafirmou que a UE não pretende escalar a atual tensão comercial com os EUA, mas está pronta para reagir com contramedidas proporcionais, caso as negociações com a administração Trump não tenham êxito. Garantiu ainda que a Comissão está a acompanhar de perto a situação, protegendo o mercado interno, os consumidores e as empresas europeias.

Ao apresentar a nova bússola da competitividade da Comissão, Séjourné destacou o objetivo de impulsionar a descarbonização e a resiliência industrial, com iniciativas previstas no âmbito do *Clean Industrial Deal*, que visam melhorar o acesso à energia, matérias-primas e financiamento. Anunciou também propostas futuras para reforçar as indústrias automóvel, metalúrgica, siderúrgica e química, bem como uma proposta legislativa sobre contratos públicos prevista para 2026. No capítulo da simplificação, será apresentada até ao final de maio uma proposta *Omnibus* focada nas PME e empresas de média capitalização, em conjunto com a nova Estratégia para o Mercado Interno. Esta proposta visa libertar capacidade de investimento e facilitar os procedimentos transfronteiriços. Os Deputados sublinharam a importância de eliminar os obstáculos que subsistem no mercado único, garantir a aplicação das regras existentes e alcançar resultados concretos. Foram ainda abordadas

questões como os pagamentos em atraso, a declaração eletrónica de trabalhadores destacados e as restrições aos veículos autónomos. Pode [ver a gravação da sessão aqui](#).

3. COMISSÃO EUROPEIA - PLANO PARA UM CONTINENTE DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A Comissão Europeia lançou esta semana o [Plano de Ação para o Continente da IA](#), uma iniciativa ambiciosa com o objetivo de tornar a **União Europeia um líder mundial em inteligência artificial (IA)**. Anunciado pela Presidente Ursula von der Leyen na [Cimeira de Ação sobre a IA](#), em fevereiro de 2025, em Paris, o plano visa transformar as indústrias tradicionais da Europa e o seu talento técnico numa força motriz de inovação em IA.

O ecossistema europeu de IA, alimentado por investigação de ponta e empresas inovadoras, será reforçado através de **cinco pilares principais**: infraestrutura, acesso a dados, adoção setorial, qualificação e simplificação regulamentar.

1. Infraestruturas e gigafábricas de IA

A Comissão reforçará a infraestrutura europeia de IA através da criação de uma rede de fábricas de IA, atualmente com 13 instalações ligadas aos supercomputadores mais avançados da Europa. Estas apoiarão empresas emergentes, indústria e investigadores no desenvolvimento de modelos de IA. Em paralelo, serão desenvolvidas gigafábricas de IA, dotadas com cerca de 100 mil chips de última geração — quatro vezes mais do que as fábricas atuais — para garantir a autonomia estratégica da UE em setores críticos. A iniciativa [InvestAI](#) mobilizará 20 mil milhões de euros para até cinco gigafábricas em toda a União. A Comissão abriu hoje uma [chamada de interesse para consórcios interessados](#). Será ainda proposta uma legislação para desenvolver a computação em nuvem e expandir a capacidade dos centros de dados sustentáveis da UE.

2. Acesso a dados de elevada qualidade

A inovação em IA depende do acesso a dados em grande escala. O plano prevê a criação de laboratórios de dados em fábricas de IA, para agregar dados de alta qualidade oriundos de várias fontes. Em 2025, será lançada uma [Estratégia para a União dos Dados](#) com o objetivo de estabelecer um verdadeiro mercado interno de dados que alimente soluções de IA.

3. Adoção da IA em setores estratégicos

Atualmente, apenas 13,5% das empresas da UE adotaram IA. Para colmatar esta lacuna, a Comissão lançará a estratégia “[Aplicar a IA](#)”, que promoverá soluções de IA adaptadas à indústria e à administração pública, com o apoio das fábricas de IA e dos polos europeus de inovação digital.

4. Talento e competências em IA

A Comissão irá atrair talentos altamente qualificados através de iniciativas como a reserva de talentos, a ação [Marie Skłodowska-Curie “MSCA Choose Europe”](#) e bolsas promovidas pela futura Academia de Competências em IA. Estas ações facilitarão a imigração legal de especialistas de países terceiros e o regresso de investigadores europeus. Serão também desenvolvidos programas educativos e de requalificação sobre IA e IA generativa.

5. Simplificação e apoio regulamentar

Com a entrada em vigor, a 1 de agosto de 2024, do [Regulamento Inteligência Artificial](#), e a publicação das orientações sobre práticas proibidas em fevereiro de 2025, a Comissão visa aumentar a confiança dos cidadãos e

oferecer segurança jurídica às empresas. Será criado um serviço de assistência ao regulamento, atuando como ponto de contacto único e plataforma de informação para facilitar a sua aplicação.

A Comissão lançou duas [consultas públicas](#), abertas até 4 de junho de 2025:

- Uma sobre a aplicação da estratégia **“Aplicar a IA”**, recolhendo prioridades, desafios e sugestões políticas.
- Outra sobre o *Regulamento relativo ao desenvolvimento da computação em nuvem e da IA*, centrada em identificar medidas necessárias à sua implementação eficaz.

Em maio, será lançada uma terceira consulta pública sobre a Estratégia para a União dos Dados. Paralelamente, terão lugar diálogos com a indústria e o setor público, para recolher exemplos concretos de adoção da IA e oportunidades de expansão.

O novo plano insere-se numa sequência de iniciativas anteriores, incluindo o [pacote de medidas de apoio a PME e startups em IA](#) (janeiro de 2024), a entrada em vigor do Regulamento EuroHPC alterado (julho de 2024) e a seleção de 13 consórcios para fábricas de IA (dezembro de 2024 e março de 2025). Na Cimeira de Paris, Ursula von der Leyen anunciou ainda que a [nvestAI](#) terá como meta mobilizar 200 mil milhões de euros para projetos de IA em toda a Europa.

Pode ser também consultada a [Ficha informativa](#) e a secção de [Perguntas e respostas](#).

4. AGÊNCIA EUROPEIA DE DEFESA - PLANO DE AÇÃO SISTEMAS AUTÓNOMO

Tal como demos nota na Síntese n.º [220](#), os **Estados-Membros da UE encarregaram a Agência Europeia de Defesa de desenvolver um Plano de Ação abrangente para os Sistemas Autónomos (APAS)**, a fim de acelerar o desenvolvimento de sistemas autónomos (SA) altamente eficazes, eficientes e fiáveis para operações terrestres, aéreas, marítimas e entre domínios.

Este plano, disponível [aqui](#), enfatiza o impacto transformador destas tecnologias em operações militares e considera que, no cenário internacional atual, marcado por rápidas evoluções tecnológicas e desafios de segurança, a Europa e seus Estados-Membros devem manter uma vantagem tecnológica para fortalecer suas capacidades de defesa. Destaca-se que os avanços em áreas como inteligência artificial, robótica, redes de sistemas interconectados, microeletrónica e interfaces homem-máquina estão a capacitar o desenvolvimento de sistemas autónomos altamente eficazes e confiáveis, que oferecem significativas vantagens militares, como a redução de riscos para o pessoal, a aceleração de processos de tomada de decisão em operações críticas, e o aumento da precisão e eficiência em ambientes complexos e potencialmente perigosos.

Neste âmbito, a Agência Europeia de Defesa (EDA) organizou a [1ª Conferência da Comunidade de Interesse em Sistemas Autónomos \(ASCI\)](#), nos dias 13 e 14 de novembro de 2024, no Royal Higher Institute for Defence (RHID) em Bruxelas, Bélgica. O evento reuniu aproximadamente 300 participantes, incluindo especialistas governamentais e não governamentais, decisores, planeadores, militares e técnicos, com o objetivo de promover a cooperação e a troca de experiências no desenvolvimento de sistemas autónomos para operações terrestres, aéreas, marítimas e multidomínio.

A conferência abordou temas como os **desafios tecnológicos e não tecnológicos, lições aprendidas com a guerra da Rússia contra a Ucrânia, tendências emergentes, fatores críticos e novas oportunidades** no campo dos SA. Foram realizadas sessões sobre a visão operacional dos sistemas autónomos, desafios

tecnológicos, reflexões sobre a utilização de SA no conflito ucraniano, taxonomia, normas e regulamentação, além de uma sessão interativa para discutir questões apresentadas pelos membros da ASCI.

Esta semana, a ASCI disponibilizou uma síntese dos principais temas abordados e dos próximos desafios, que detalhamos de seguida:

Principais Lições

Transformação dos campos de batalha

- Os SA estão a redefinir a guerra moderna, com destaque para os Sistemas Aéreos Não Tripulados (UAS).
- As lições do conflito na Ucrânia mostram eficácia em missões ISR (Intelligence, Surveillance and Reconnaissance) e ataques de precisão.

Integração interdomínio

- É essencial operar de forma coordenada entre os domínios Terra, Ar, Mar, Ciberespaço.
- Tendências-chave: MUM-T (Manned-Unmanned Teaming) e operações em enxame (swarming).

Inovação rápida com responsabilidade

- É necessário evitar regulações excessivas e adotar abordagens baseadas no risco.
- Propõe-se criar um rótulo europeu "trusted drone/robot" e usar ciclos de desenvolvimento rápidos com testes iterativos.

Validação no terreno

- Ambientes reais como a Ucrânia e hubs como a Free Tech Zone (Portugal) e o [REPMUS](#) são fundamentais para testar SA.
- O feedback operacional deve orientar a adaptação dos sistemas.

Comunicação e interoperabilidade

- Desenvolver SA que funcionem mesmo com falhas no GNSS ou sem ligação contínua a Comando e Controlo (C2).
- Urgência em normalizar conceitos e garantir interoperabilidade europeia.

Regulação e taxonomia

- A EDA e a NATO estão a alinhar definições e normas através de taxonomias comuns.
- A regulação deve ser orientada para o desempenho e acompanhar a tecnologia.

Visão estratégica e próximos passos: O APAS deve ser regularmente actualizado e operacionalizado com:

- Cooperação reforçada entre Estados-Membros, indústria e academia
- Superação do “vale da morte” da inovação (TRL 6–7 para produção)
- Apostas em IA, produção escalável e sistemas modulares e económicos

As **próximas etapas** são: expandir a ASCI como fórum estratégico; Potenciar hubs de experimentação e exercícios conjuntos; Reforçar a **ligação Governo-Indústria-Investigação**; Integrar as lições da guerra na Ucrânia nas políticas de defesa da UE.

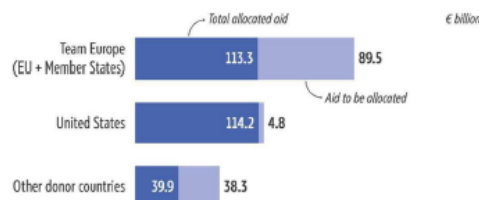
5. APOIO DA UE À UCRÂNIA

O *think-tank* do PE publicou, esta semana, uma resenha do apoio total da UE à Ucrânia, desde a agressão russa, disponível [aqui](#). Ali, pode ler-se que, desde a invasão russa em larga escala à Ucrânia, em fevereiro de 2022, a União Europeia e os seus Estados-Membros – no quadro do *Team Europe* – forneceram à Ucrânia um apoio financeiro, militar e humanitário sem precedentes, totalizando **€143 mil milhões**. Este apoio abrange assistência macrofinanceira, ajuda humanitária, apoio militar via o *European Peace Facility* (EPF), e apoio aos Estados-Membros que acolhem refugiados ucranianos. O principal instrumento da UE é o [Ukraine Facility](#), cuja execução depende do cumprimento do **Ukraine Plan**, centrado em reformas e investimentos.

- Estado atual do apoio da UE à Ucrânia

A maior parte do apoio financeiro da UE provém do orçamento europeu, com destaque para o *Heading 6 - Neighbourhood and the World*. A assistência militar tem sido prestada principalmente pelos Estados-Membros, com o **EPF** a mobilizar €11,1 mil milhões.

Figure 2 – Government support to Ukraine, by country group: Allocations and commitments from 24 January 2022 to 31 December 2024



Source: Trebesch et al., [The Ukraine Support Tracker](#), Kiel Institute, February 2025.

- Pagamentos ao abrigo do Ukraine Facility

Criado pelo [Regulamento \(UE\) 2024/792](#), o *Ukraine Facility* prevê €50 mil milhões entre 2024 e 2027, dos quais

€25,4 mil milhões já foram desembolsados. O **Pilar I**, que oferece apoio direto ao orçamento ucraniano, inclui €33 mil milhões em empréstimos e €5,27 mil milhões em subvenções.

Em março de 2025, o Conselho aprovou um terceiro pagamento de €3,5 mil milhões (Q4 2024), totalizando quase €20 mil milhões já entregues ao abrigo do Pilar I.

- Acompanhamento das reformas e investimentos

O *Ukraine Plan* inclui **69 medidas** baseadas em **130 indicadores de reforma** e **16 de investimento**, organizadas em três partes:

1. *Reformas básicas (administração pública, sistema judicial, combate à corrupção e branqueamento de capitais);*
2. *Reforço económico e bem-estar (mercados financeiros, capital humano, descentralização);*
3. *Setores estratégicos (energia, agricultura, transição verde, ambiente).*

Em março de 2025, a Ucrânia tinha completado 44 ações, com 54 em curso e 53 ainda por iniciar.

- **Diálogo do Ukraine Facility**

Previsto no Art. 37 do Regulamento, o [Diálogo do Ukraine Facility](#) assegura o escrutínio democrático. Este diálogo ocorre pelo menos a cada quatro meses entre a Comissão e as Comissões do Parlamento Europeu BUDG e AFET. A primeira sessão teve lugar a 3 de dezembro de 2024 e a segunda a 10 de abril de 2025.

- **Uso de ativos russos imobilizados**

O [Regulamento \(UE\) 2024/2773](#) prevê uma assistência macrofinanceira de €18,1 mil milhões, como parte de um empréstimo do G7 de €45 mil milhões. Este valor será reembolsado com os **rendimentos extraordinários dos ativos soberanos russos imobilizados**. O Parlamento Europeu defende repetidamente a **confiscação total desses ativos**, em vez de apenas usar os seus lucros, para financiar a reconstrução da Ucrânia. Para mais informações: [EU assistance to Ukraine](#); [Ukraine Facility site oficial](#); [Ukraine Support Tracker – Kiel Institute](#); [Ficha informativa e documentos relacionados](#)

6. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Tiveram lugar as seguintes reuniões: [Conselho dos Negócios Estrangeiros \(Comércio\)](#); 7 e 8 de abril - [Reunião informal dos ministros da Cultura e dos Meios de Comunicação](#); 11 de abril - [Eurogrupo](#).

7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividades externas do PE.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [16 de abril](#), dedicada a um Colégio sobre Segurança.

Conselho da UE

O [calendário](#) completo está disponível, estando previstas as seguintes reuniões: 14 de abril - [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#) e [Reunião informal dos Ministros dos Assuntos Sociais](#); 16 de abril: [Reunião informal dos ministros que operam na área da igualdade entre os sexos](#).

Bruxelas | 11 de abril de 2025

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).